



A  
Sua Excelência  
Secretária Regional do Turismo,  
Mobilidade e Infraestruturas  
Largo do Colégio, 4  
9500-054 Ponta Delgada

240055 01. JUN 2022

**Assunto:** Construção de Subestação de 30/15 kV da Madalena, concelho da Madalena, Ilha do Pico – Reserva Agrícola Regional – Declaração de Interesse Público

Exma. Senhora,

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. (doravante EDA), pessoa coletiva n.º 512012032, com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, 9504-535 Ponta Delgada, vem, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional (doravante RJRAR), expor e requerer a Vossa Excelência o seguinte:

1. A EDA adquiriu o prédio rústico com a área total de 1.694 m<sup>2</sup>, sito no Caminho da Ladeira Grande, inscrito sob o artigo matricial 4359 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Madalena sob o n.º 4825 (cfr. certidão permanente e caderneta predial que se juntam em anexo), prédio adjacente ao terreno onde se encontra implantada a subestação atualmente existente, com vista à construção da nova subestação 30/15 kV da Madalena, concelho da Madalena, ilha do Pico.
2. A construção da nova subestação 30/15 kV da Madalena tem por objetivo permitir a ampliação da atual subestação, garantindo o estabelecimento de uma nova linha de transporte a 30 kV, decorrente da evolução do sistema elétrico da ilha, bem como a ligação de uma nova unidade de transformação 30/15 kV que permitirá assegurar um recurso no caso de falha da atual.
3. Note-se que atualmente não é possível estabelecer estas ligações, uma vez que não existe hipótese de ampliar os quadros MT de 30 kV e 15 kV da atual subestação, sendo certo que as novas instalações irão substituir as instalações existentes.



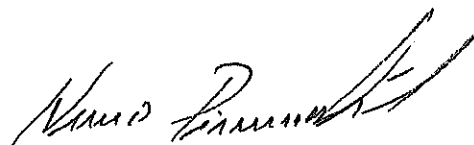
4. Foi, assim, efetuado projeto de construção civil referente à presente construção, o qual foi remetido às entidades competentes para parecer legalmente exigidos, tendo ainda sido solicitado parecer ao IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário relativamente a eventuais restrições impostas pela Reserva Agrícola Regional (cfr. ofício 137/CINFE/CESUB/2021 em anexo).
5. Segundo o parecer desta entidade, encontrando-se o presente prédio em reserva agrícola, para que se possa promover a sua desafetação por despacho é necessário a existência de uma declaração de interesse público através de Resolução de Conselho de Governo Regional, a promover pela Secretaria Regional com competência em matéria de energia, o que desde já se requer (cfr. ofício com a Ref.ª SE/2021/812 em anexo).
6. Para efeitos do disposto na g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional 20/2019/A, de 7 de agosto, e conforme referido supra é indubitável que a construção que se pretende efetuar reveste-se de interesse público, na medida em que se revela essencial para garantir a qualidade e continuidade de fornecimento de energia elétrica na ilha do Pico, encontrando-se ainda preenchidos os demais requisitos que alude aquele normativo legal, designadamente a existência de falta de alternativa técnica ou economicamente aceitável para a localização das obras a realizar. Senão vejamos.
7. A implantação da nova subestação no referido terreno foi considerada justamente atendendo à localização dos apoios fim de linha das linhas de média tensão (MT) existentes, já que a transferência das linhas de MT da atual subestação para a nova subestação é facilitada, uma vez que apenas será necessário efetuar um pequeno prolongamento (alguns metros) dos cabos subterrâneos dos apoios de fim de linha até aos quadros MT da nova subestação. Cenário diametralmente distinto a nível técnico é efetuar-se um novo projeto desta dimensão de raiz a largos quilómetros das instalações existentes, sem que se possa aproveitar estas sinergias e todas as infraestruturas já implantadas.
8. Significa, portanto, que do ponto de vista económico esta solução apresenta-se como sendo manifestamente menos dispendiosa, já que para construir a nova subestação numa zona industrial seria necessário alterar os trajetos das linhas de média tensão existentes, o que implicaria a realização de estudos de viabilidade, elaboração de projetos, desmontagem das linhas existentes, montagem de novas linhas, obter novas autorizações de proprietários para alterar os traçados das linhas, instrução de processos de expropriação, em caso de recusa de autorização, com todos os encargos económicos e administrativos daí advenientes.



9. Qualquer solução, que não esta, é manifestamente gravosa, no sentido em que a EDA teria necessariamente de reorganizar toda aquela rede elétrica, com o concreto e sério risco de inclusivamente ser afetada a continuidade do fornecimento de energia.
10. Por fim, esta solução permite ainda mitigar a minimização de tempo para colocação ao serviço da nova subestação, pois com a construção da nova subestação próxima do edifício existente, a colocação ao serviço não fica dependente de outras projetos/obras, tais como desmontagens e montagens das linhas de media tensão.
11. Para os devidos efeitos, remete-se em anexo respetivas plantas de localização com identificação do prédio e planta de implantação, contendo as indicações de pormenor, nomeadamente o limite do prédio e a localização exata da construção pretendida.

Pelo exposto, requer-se a Vossa Excelência que se digne a promover a declaração de utilidade pública da Construção da Subestação de 30/15 kV da Madalena, concelho da Madalena, ilha do Pico, através de Resolução do Conselho do Governo Regional, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto.

Com os melhores cumprimentos, *e enviada em anexo.*



Nuno Henrique Oliveira Pimentel  
Presidente do Conselho de Administração

À

EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Rua Francisco Ataíde, n.º 1

**9504-535 PONTA DELGADA**

| Sua referência       | Sua comunicação | Nossa referência | Ribeira Grande |
|----------------------|-----------------|------------------|----------------|
| 137/CINFE/CESUB/2021 | 30/11/2021      | SE/2021/812      | 15/12/2021     |

**ASSUNTO: Reserva Agrícola Regional – EDA - Construção de subestação de 30/15 KV da Madalena**

Em resposta ao ofício de V. Exa., supracitado, relativo ao pedido de parecer sobre construção de subestação de 30/15 KV da Madalena, sita à Estrada Regional, n.º 3-2, freguesia e concelho da Madalena, vimos por este meio informar que a referida intervenção terá lugar em área classificada em Reserva Agrícola Regional, devendo por isso cumprir o estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional (RJRAR).

Assim a referida pretensão só terá enquadramento no RJRAR, com a consequente desafetação da RAR, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 5º, *“Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos e construções de relevante interesse público, que sejam reconhecidas como tal por resolução do Conselho do Governo Regional, e para cujo traçado e localização não exista alternativa técnica ou economicamente aceitável”*, e dos artigos 8º e 9º daquele diploma legal.

Mais se informa que só se poderá promover a desafetação por despacho, quando se encontrarem reunidos os pressupostos necessários à confirmação daquela exceção do Regime Jurídico da RAR, nomeadamente:

EE-1892  
HC/PM

**Sede – São Miguel**  
Rua do Rosário- Quinta da SRAF  
9600-549 Ribeira Grande  
Telefone: (+351) 296 470 670

[www.iroa.pt](http://www.iroa.pt)  
email: [iroa.sa@azores.gov.pt](mailto:iroa.sa@azores.gov.pt)

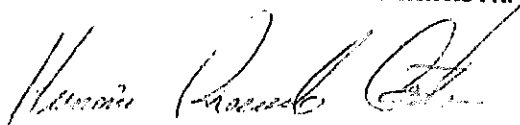


**Delegação da Ilha Terceira**  
Praça Almelda Garrett n.º 1  
9700-016 Angra do Heroísmo  
Telefone: (+351) 296 470 800

- A existência de uma declaração de interesse público do Conselho de Governo Regional, a promover pelo Secretário Regional com competência em matéria de energia;
- A justificação da falta de alternativa técnica ou economicamente aceitável para a localização das obras a realizar.

Com os meus melhores cumprimentos,

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**Hernâni Ricardo Costa**

EE-1892  
HC/PM

**Sede – São Miguel**  
Rua do Rosário- Quinta da SRAF  
9600-549 Ribeira Grande  
Telefone: (+351) 296 470 670

[www.iroa.pt](http://www.iroa.pt)  
email: [iroa.sa@azores.gov.pt](mailto:iroa.sa@azores.gov.pt)



**Delegação da Ilha Terceira**  
Praça Almeida Garrett n.º 1  
9700-016 Angra do Heroísmo  
Telefone: (+351) 296 470 800



A

EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA.

Sua referência 139/CINFE/CESUB/2021  
Sua comunicação 02/12/2021  
Nossa referência Ofício n.º 521 - Classf. n.º 04 - Processo n.º 14/2021  
Data 31/01/2022

**Assunto: Obras Isentas de Licenciamento**  
**Construção da Subestação 30/15kv da Madalena**

Na sequência do seu requerimento entrado nesta Autarquia com registo n.º 11230/2021, datado de 06/12/2021, referente à obra em epígrafe, informa-se V.Ex.<sup>a</sup> que a operação urbanística em causa está isenta de controlo prévio por aplicação do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, uma vez que é concessionária do serviço público de transporte e distribuição de energia elétrica para a Região Autónoma dos Açores, conforme resulta do contrato de concessão outorgado em respeito pela Resolução do Conselho do Governo n.º 181/2000, de 12 de Outubro. Está no entanto sujeita a parecer prévio não vinculativo por parte da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

O projecto apresentado conforma-se no essencial com o disposto no Plano Director Municipal da Madalena, com excepção do afastamento à extrema posterior.

Assim sendo, informo V.Ex.<sup>a</sup>, que a Câmara em reunião de **31/01/2022**, deliberou por votação nominal e unanimidade, e tendo em conta que o projecto apresentado conforma-se no essencial com o disposto no Plano Director Municipal da Madalena, com excepção do afastamento à extrema posterior, **EMITIR** parecer favorável, condicionado à correção do afastamento à extrema posterior, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, chamando-se no entanto a atenção, que nos termos do n.º 6 do mesmo artigo a operação em causa deverá observar as normas legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, designadamente as constantes de

DE007.E01



**MUNICÍPIO DA MADALENA**

**CÂMARA MUNICIPAL**



instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, chamando-se a atenção para a necessidade de obtenção dos pareceres favoráveis da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações e Instituto Regional do Ordenamento Agrário.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Divisão de Obras  
e Serviços Urbanos e Planeamento Urbanístico,

Assinado por: **MANUEL ANTÓNIO DIAS NEVES**

**SANÇANA**

Num. de Identificação: 10219324

**Manuel António Dias Neves Sançana**

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação  
Cópias do documento são validadas com este branco em uso na instituição.

**DE007.E01**